

# HISTÓRIAS DE LIVROS DE HISTÓRIA: CARLOS DIAS FERNANDES E EUDÉSIA VIEIRA E SEUS LUGARES DE ESCRITA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Bruno Rafael de Albuquerque GAUDÊNCIO<sup>1</sup>  
Orientador: Josemir Camilo de Melo<sup>2</sup>

Nos últimos anos da década de 1910 iniciou-se um intenso processo de Reforma Educacional na Paraíba do Norte, que tinha como finalidade melhorar as condições da instrução pública na província. E é justamente neste contexto que vários livros didáticos vão sendo adotados pelos governos estaduais para uso em salas de aulas. Em 1918, o livro *A Escola Pitoresca*, escrito pelo jornalista Carlos Dias Fernandes fora adotado por decreto no governo Camilo de Holanda. Em 1922, a obra *Pontos de História do Brasil*, da professora Eudésia Vieira, também teve o mesmo destino, desta vez no governo Sólton de Lucena. Desta forma, o objetivo desta comunicação será compreender como seu deu a possibilidade de adoção destes dois livros nas escolas de ensino primário, investigando assim o lugar social dos autores (Certeau) no contexto do início do século XX, bem como compreendendo os espaços ocupados por Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira nos campos intelectuais (Bourdieu) que eram formados neste mesmo período.

**Palavra-chave:** Livro Didático, História da Educação, Paraíba, Lugares de escrita.

## Introdução

O problema da autoria no livro didático se faz presente atualmente na necessidade de traçar um perfil detalhado dos seus autores, caracterizando assim o processo de intervenções dos diferentes sujeitos nessa produção, - em seus submetimentos aos programas curriculares, na autorização do poder educacional e nas formas de comercialização e circulação. Na Paraíba, ainda não foi realizado um levantamento consistente neste sentido, na busca da identificação dos títulos dos livros didáticos utilizados nas escolas no início do século XX, bem como dos seus respectivos autores. Este artigo pretende dentro do possível iniciar neste projeto de catalogação e análise dos lugares de escrita destes escritores muitas vezes marginalizados nos debates historiográficos e literários.

Nos últimos anos da década de 1910 iniciou-se um intenso processo de Reforma Educacional na província da Paraíba do Norte, que teve como finalidade melhorar as condições da instrução pública, que não vinham andando bem, graças aos graves problemas de infraestrutura. Sendo assim, neste contexto, como uma das medidas para enfrentar esta situação precária em que o ensino primário paraibano se encontrava é que vários livros didáticos foram sendo adotados pelos governos estaduais para uso em salas

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bolsista PRONCI/UEPB, cota 2007/2008 sob orientação do Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

de aulas. Vários deles ligados a disciplina história. Em 1918, o livro *A Escola Pitoresca*, escrito pelo jornalista Carlos Dias Fernandes fora adotado por decreto no governo Camilo de Holanda. Em 1922, é a vez da obra *Pontos de História do Brasil*, da professora Eudésia Vieira, que também teve o mesmo destino; desta vez no governo Sólon de Lucena. E assim, foram vários títulos, de diferentes autores e disciplinas. De início pretendemos investigar estes dois títulos, identificados até o momento.

Desta maneira, diante de toda esta produção de livros didáticos publicado, a finalidade desta comunicação será compreender como seu deu a possibilidade de adoção destes dois livros da disciplina história nas escolas de ensino primário, investigando o lugar social dos autores tendo (com base o pensamento de Michel de Certeau), no contexto do início do século XX, bem como compreendendo os espaços ocupados por Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira nos campos intelectuais (Pierre Bourdieu) que eram formados neste mesmo período.

Antes mesmo de falarmos sobre as chamadas circunstâncias de enunciação, as regras e as relações que fizeram possível a publicação dos dois livros (*A Escola Pitoresca* e *Notas de História do Brasil*), estabeleceremos as trajetórias de vida dos autores avaliados aqui: Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira.

### **Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira: trajetórias literárias.**

Nascido em 20 de setembro de 1874, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba e falecido em 09 de dezembro de 1942 no Rio de Janeiro, Carlos Dias Fernandes foi poeta, romancista, contista, biógrafo e pedagogo. Filho do Dr. Nepomuceno Dias Fernandes e de D. Maria Augusta Sabóia Dias Fernandes, aprendeu as primeiras letras com a sua mãe, continuando com os estudos com outros professores locais. Apesar de Mamanguape neste tempo ser um importante centro de exportação de algodão e cana-de-açúcar, Carlos Dias Fernandes já adolescente não sentia atração pela cidade que, “*pela falta de desenvolvimento cultural não lhe oferecia condições para expandir o seu potencial latente; de espírito aventureiro, aspirava a uma vida menos repressiva e mais alegre o que faltava ali*” (BARBOSA FILHO, 1997, p.181).

Privado de tudo, um dia aos treze anos, resolveu libertar-se. Deixou Mamanguape e seguiu para o Recife. Matriculou-se num curso de Farmácia. Foi para Aracaju, de lá foi ao Rio de Janeiro onde passou a exercer as mais modestas profissões. Por conveniência, ingressou na Guarda Nacional. Fascinado pelas letras, deixa a Guarda

Nacional, recebe a patente de Tenente Honorário e é nomeado funcionário dos Correios e Telégrafos. No Rio de Janeiro, travou conhecimento com Cruz e Souza, tornando-se seu grande amigo. Inicia a carreira jornalística, escrevendo em *A Gazeta da Tarde*; *A cidade do Rio* e na Revista *Rosa Cruz*.

Dominado pelo espírito aventureiro, deixa o Rio de Janeiro e segue para o Amazonas.. Sempre irrequieto, viaja a Europa. Retornando, instala-se em Recife e assume a Secretaria do Diário de Pernambuco. Em 1912, Castro Pinto, seu amigo e conterrâneo, eleito presidente do Estado da Paraíba, convida-o para assumir a direção do Jornal *A União*, “e é, a partir daí, viveu a sua fase áurea, transformando-se numa verdadeira escola de jornalismo” (BARBOSA FILHO, 1997, p.175).

Em 1928, com a eleição de João Pessoa para a presidência do Estado, o seu primeiro ato foi à demissão de Carlos Dias Fernandes da direção de *A União*. Desencantado, ele deixa a Paraíba e retorna ao Rio de Janeiro e, para sobreviver, passa a escrever nos jornais cariocas. Carlos Dias Fernandes teve vários livros publicados, cerca de 40 títulos, destaque para o romance *Os cangaceiros*, de 1908; para os estudos: *Noção de pátria* (1914); *A defesa nacional* (1916), além de seus livros didáticos: *Escola Pitoresca* (1918) e *A fazenda e o campo* (1925);

Já Eudésia de Carvalho Vieira, nasceu no dia 08 de abril de 1894, na povoação de Livramento, no município de Santa Rita, sendo seus pais Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Fez seus estudos primários na Escola particular de D. Isabel Cavalcanti Monteiro nesta Capital. Recebeu o diploma de professora pública pela Escola Normal Oficial, em 15 de junho de 1911. Iniciou a carreira do magistério dando aulas particulares, somente em 1915, através de concurso público, ingressou no magistério oficial. Foi designada para ministrar aulas em Serraria, mais tarde transferiu-se para Santa Rita e, finalmente para a capital do Estado. Casou-se em 1917, com José Taciano da Fonseca Jardim, nascendo desse casamento 14 filhos, dos quais apenas cinco sobreviveram. Foi professora pública em várias escolas primárias do Estado. Já casada decidiu ser médica, contrariando a vontade do marido e enfrentando todos os obstáculos e preconceitos da época, preparou-se e submeteu-se às provas da Faculdade. Eudésia foi à única mulher numa turma de homens a receber o grau de doutora e a primeira paraibana a conquistar o título, pela Faculdade de Medicina de Recife, ali recebeu o diploma de doutora em ciências médicas e cirúrgicas, por ter sido a única que defendeu Tese (Síndrome de Schickelé), dentre os 52 diplomados naquele ano.

Em João Pessoa, instalou um consultório em sua residência, à Rua Duque de Caxias, passou a atender e dedicar-se à sua clientela, fazendo da medicina o seu apostolado. Professora, médica, jornalista e poetisa. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 3 de junho de 1922, onde exerceu o cargo de suplente de 1º Secretário no período de 1925-26. Como professora se preocupou muito com a qualidade do livro didático adotado nas Escolas Primárias e, com muito sacrifício, conseguiu elaborar e editar dois livros e adotá-los nas Escolas Oficiais do Estado. Como médica, dedicou-se com extremado desvelo às clientes, orientando-as, principalmente na questão do pré-natal, numa época que este exame era totalmente desconhecido pela maioria das mulheres. Como escritora, jornalista e poetisa foi muito atuante. Colaborou na Revista ERA NOVA, nos jornais, O NORTE, A UNIÃO, A IMPRENSA, A GAZETA DO RECIFE e em NOVELAR, jornal da Festa das Neves.

Em 1974, foi convidada para ocupar a Cadeira nº. 20 da Academia Fluminense de Letras, onde seu patrono era Alberto Torres; infelizmente, por motivo de saúde não aceitou o convite. Eudésia Vieira considerava fato marcante na sua vida a conversão ao Catolicismo. Depois desse acontecimento, tornou-se devota de Nossa Senhora de Fátima, a quem atribuiu o milagre de seu salvamento, em 1943, quando o navio em que viajava do Rio de Janeiro para João Pessoa, foi torpedeado por um submarino Alemão nas Costas da Bahia. Em 1974 recebeu o título de cidadã Benemérita da Paraíba e, quando faleceu, foi homenageada com seu nome dado a uma Rua do Bairro dos Estados. Deixou publicados os seguintes trabalhos: “Pontos de História do Brasil” (didático); “Cirus e Nimbos”; (versos); “A Minha Conversão e Dom Ulrico Sonntag”; “Síndrome de Schickelé”; (Tese de doutorado); Terra dos Tabajaras (didático) - 1955; Mistério de Fátima - 1952; Conferência - 1948; Dois Episódios de uma Vida; Poema do Sentenciado; O Torpedeamento do Afonso Pena - 1951; Inéditos: “Mortos que Falam”; “A Mãe Cristã e a Educação Eucarística que Ha de Dar aos Filhos”, Além de proferir palestra em sessão solene sobre a Emancipação Política do Brasil. Eudésia exerceu cargo de suplente de 1ª Secretário, no período de 1925-26 no IHGP. Entre o período de 1956/59 assumiu o cargo de Oradora e entre 1959/62 assumiu a Comissão de Contas desta Instituição. Eudésia faleceu em João Pessoa, no dia 16 de julho de 1981.

## Entre Certeau e Bourdieu

Quando se fala em investigar o lugar social do autor, percebendo as minúcias de um texto, logo se faz referência a Michel de Certeau. Em vários de seus escritos “revolucionários” há a preocupação com as operações que regulam a escrita da história: a fabricação de um objeto, a organização de espaço de tempo, a encenação de um relato. Assim escrever história para este historiador francês é gerar um passado, circunscreverlo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão. Nas palavras de Certeau (2007) “a operação historiográfica se refere a uma combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita “(p.66). Entendendo como História uma “disciplina”, um resultado (o discurso) e uma relação de ambos sob a forma de uma “produção”, assim Certeau (2007) se refere o que é o lugar social do autor:

*Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia, uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2007, p.67).*

Esta submissão de privilégios, esta instauração de métodos e interesses pode muito bem ser compreendida tanto no livro a *Escola Pittoresca* como em *Pontos de História do Brasil*, com seus autores Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira. Este lugar social do autor se presta há uma topografia de interesses. E é isso que fica claro ao investigarmos as regras de publicação dos livros.

A noção de campo de produção cultural, - criada pelo sociólogo francês Bourdieu (2004) também colabora para este sentido, - podendo ser compreendida como sendo um espaço social onde estão situados os que produzem obras (escritores, poetas, jornalistas, etc.) e o valor intrínseco destas mesmas obras, em relações recíprocas no transcurso de suas atividades. A essência do conceito está na concepção que todo campo tem seus “dominantes e seus dominados, seus conservadores e sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução” (BOURDIEU, 2004, p.170). Portanto, há uma aproximação por parte de Bourdieu entre o campo literário com o

campo político, visto que, segundo o sociólogo, tanto um campo como o outro, trata-se entre suas práticas de uma questão de poder.

Estas relações de força podem ser exemplificadas muitas vezes nas próprias regras que são criadas para a publicação, por exemplo, quando um autor consagrado faz um comentário positivo ou um prefácio elogioso a um livro de estréia de jovem escritor ainda desconhecido. A estratégia existiu e implicou certos interesses políticos internos dentro do próprio campo. Esta estratégia está ligada à questão do reconhecimento de uma obra e da entrada de seu autor por parte do campo. Portanto existem traços equivalentes entre o campo político e o literário. Nas palavras de Bourdieu (2004)

*O campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. (BOURDIEU, 2004, p.172).*

O capital simbólico, citado acima, seria o capital de reconhecimento ou de consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas.

### **As Regras da Arte**

*O doutor Francisco Camilo de Hollanda, Presidente do estado da Parahyba do Norte, tendo em vista o parecer subscrito pelos srs. Monsenhor Odilon Coutinho, director do Lyceu Parahybano, Dr, Flavio Marója, professores José Gomes Coelho, Inspector Geral do ensino, em Comissão, e Sizenando Costa, Diretor do grupo escolar “Epitácio Pessoa”, todos membros do Conselho Superior de Instrução da Parahyba, aprovando e mandando adoptar, como livro de leitura nas escolas de 3º Grau e complementares, o denominado Escola Pittoresca, compreendido pelo Dr. Carlos Dias Fernandes, e usando attribuição que lhe conferiu que lhe confere p 1 paragrafo 1º do art. 36 da constituição estadual.(DIAS FERNANDES, 1918, P.154)*

*O Director Geral da Instrução Publica, considerando que há conveniência para o ensino da historia pátria nas escolas primarias do Estado, da adopção de um livro que relacione os factos da história nacional com os da história local; considerando que os livros didacticos devem ser de baixo preço a fim de não sobrecarregar as despesas das classes desfavorecidas da fortuna, e tendo em vista o parecer unânime do Conselho Superior de Instrucção, aprovado em 3 de Março de 1921, relativamente aos “Pontos de História oi Brasil. D. Eusésia Vieira, professora publica*

*da 11ª cadeira mista desta capital, resolve recomendar aos senhores professores, o iludido livro, que preeche muito bem a finalidade a que destina e aquelles requisitos. (VIEIRA, 1930, P.1)*

São com estes textos acima que ambos os livros são apresentados aos leitores. Os dois se referem ao Conselho Superior de Educação, órgão responsável pela publicação e divulgação dos livros didáticos que deveriam ser utilizados em salas de aula na província. Um ponto importante a perceber são os membros dos qual esta comissão são construídas, figuras carimbadas da alta intelectualidade paraibana na época, como é o caso de Odilon Coutinho, político famoso, e Sizenando Costa, que durante muitos anos foi o principal nome dos planos de educação da Paraíba nas primeiras décadas do século XX.

O termo “Mandar adaptar”, colocado na apresentação da *Escola Pittoresca* nos parece claro em definir o modo impositivo das regras de publicação de livros didáticos na época. Para Bittencourt (2004) “*O autor de uma obra didática deve ser, em principio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional*”. (p. 479). A *Escola Pittoresca*, segue esta linha claramente, e é por excelência um livro didático, oferecido ao presidente da província da Paraíba, Camilo de Hollanda que havia sugerido a sua elaboração para uso nas escolas da província. Em carta explicativa publicada nas ultimas páginas da obra assim Dias Fernandes (1918) se refere:

*Ao meu excellente Sr. Dr. Camillo de Hollanda, dignissimo presidente da Parahyba do Norte:*

*Venho depor nas mãos generosa de V. Ex. o meu livro – Escola Pittoresca – realizado por estímulo da sua honrosa confiança e suggestão de sua gentil amizade. (...) Bem sei que não pude atingir ao alto fim desejado, o de facultar á adolescência estudiosa do meu paiz uma leitura fácil, apazível e instrutiva, que lhe fale ao coração e á intelligencia, concorrendo efficazmente para a formação do character, nos pontos de vista physico, cívico, intellectivo e moral. (DIAS FERNANDES, P.153)*

Define assim Dias Fernandes (1918) as regras que permearam esta publicação. A sugestão e a autorização do presidente da província da Parahyba e a sua merecida e qualificada escrita. No mesmo caminho segue Eudésia Vieira, o livrinho no qual escreve é assim dedicado: “*Ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, prestimoso parahibano, amigo do progresso e da instrução de sua terra natal, com apreço e reconhecimento oferece.*” Na página seguinte mais uma dedicatória: “*Ao Coriolano de Mdeiros, infatigável pioneiro e amigo da mocidade que estuda, estas*

*paginas.*” Os dois dedicados são importantes nomes da política e da educação na província neste período. E são as referências no qual o livro é construído.

Carlos Dias Fernandes para escrever a *Escola Pitoresca* fez diversos estudos para saber o que havia de mais atual nos métodos educacionais europeus. É perceptível inclusive no livro a apresentação de como um livro de leitura, com forte influência do livro *O Coração* de Edmund Amicis (1886) e dos métodos educacionais europeus, para ser adotado nas escolas públicas da terceira série, com o sentido de normatizar a prática de leitura, resultando em um livro de contos morais da história brasileira. Na carta explicativa Dias Fernandes (1918) assim se refere:

*Para me instruir no conselho dos prudentes, evitar omissões, lapsos e desvios mui frequentes em trabalhos dessa ordem, li, reli e tresli vários autores didáticos de Portugal, França, Itália e Brasil, socorrendo-me dos seus subsídios e meditando na traçada de seus métodos. (p.154).*

Outro aspecto quanto ao lugar de afirmação de Carlos Dias Fernandes dentro do campo literário e pedagógico é registrado na carta explicativa, quando o autor da *Escola Pitoresca* busca o apoio ao mais famoso historiador brasileiro da época: Oliveira Lima. Quando o consagrado historiador fez um comentário positivo ao livro uma estratégia existiu e implicou em certos interesses políticos internos dentro do próprio campo. Esta estratégia está ligada à questão do reconhecimento de uma obra e da entrada de seu autor por parte do campo. No mesmo sentido, mais uma vez, Eudésia Vieira segue as mesmas linhas. No prefácio do livro, em sua primeira edição, Coriolano de Medeiros descreve as qualidades e os defeitos da obra, e assim se refere em um dos trechos do pequeno prefácio:

Raras vezes entre nós, surge um livro escolar moldado nos verdadeiros preceitos didáticos; quase sempre impingem coisas literárias quando não são prolixidades desembaxidas, cumplilações grotescas que conseguem favores dos Conselhos de instrução, graças a afinidades políticas. (MEDEIROS, 1921, p.8.)

Tal crítica é o núcleo de toda a nossa discussão. Segundo Certeau (2007) o público não seria o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que esse seja o suporte financeiro e moral, mas sim os seus pares, ou seja, os seus colegas de escrita. Parece-me que tanto *A Escola Pitoresca*, como *Notas sobre a História do Brasil*, ter sido muito



mais produzidas para os intelectuais locais, do que para os estudantes da província da Parahyba do Norte.

Mais a frente na carta explicativa, já em suas últimas linhas, o golpe final sobre a quem serve o livro escrito por Carlos Dias Fernandes: ao presidente Camilo de Hollanda.

*Se applausos me resultarem do temerário empreendimento, não os poderei guardar para mim, mas todos oferta-los a V. Ex. como testemunha , que sou, dos seus nobres e alevantados intuitos , sempre postos em prática ,nestes dois anos quase cumpridos do seu aplaudido e afortunado governo. (DIAS FERNANDES, 1918, p.157)*

## **Conclusão**

Como ficou evidente nos prefácios, dedicatórias e na carta explicativa publicada nos dois livros, as relações de amizade de Carlos Dias Fernandes e Eudésia Vieira com as autoridades políticas da província e com intelectuais, com um capital simbólico reconhecido, somado as necessidades da província em produzir uma narrativa que servisse aos seus interesses políticos e ideológicos são as justificativas para a adoção dos livros nas escolas de ensino primário na província da Parahyba do Norte a partir do ano de 1918. Quanto ao campo intelectual, e o lugar social que ambos assumiram no início do século XX, os dois escritores conquistaram um espaço privilegiado, de respeito e credibilidade nos governos estaduais da época. No caso específico de Carlos Dias Fernandes, diretor do jornal A União, autor de livros didáticos encomendados pelos presidentes, isso afirma o seu poder político e simbólico, e principalmente deixa clara a sua atuação como um autor ligado às tradições das elites políticas e culturais da província nas primeiras décadas do século XX. Com relação à Eudésia Vieira seu livro demonstrou ser uma produção um pouco mais distanciada destes privilégios, porém suas dedicatórias evidenciam aspectos de uma narrativa seguidora dos programas oficiais propostos pela política educacional local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, Hidelberto. **Lajedos e Arrecifes**. A União, 1997.

BERNARDO, Ana Maria Coutinho. Literatura e Memória: resgate das escritoras paraibanas do início do século XX.

[http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo\\_ana\\_coutinho.htm](http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_ana_coutinho.htm).

acessado em 13 de Abril de 2008.

BITTENCOURT, Circe. Autores de Compêndios e livros de leitura (1810-1910). **In: Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, p.475-491, set./dez. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FERNANDES, Carlos Dias. **Escola Pittoresca**. Rio de Janeiro: Leite & Maurílio, 1918.

JOFFILY, José. **Distorções e Revisões**. Londrina: Gráfica Líder, 1977.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação, 1996.

SILVA, Fabiana Sena da; VILAR, Socorro de Fátima. **Escola Pittoresca: uma lição de coisas**. IN: [www.cchla.ufpb.br/leituranapb/pdf/escolapittoresca.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/leituranapb/pdf/escolapittoresca.pdf). Acesso em 15 de Março de 2008.